

Aprovado em reunião
de 31 OUT. 2016

ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de serem atualizadas todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório do orçamento municipal para 2017, em 1.2%, termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente proposta do Orçamento Municipal, as Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano económico de 2017 e o Quadro Plurianual Municipal para o horizonte temporal 2017-2020, previsto no artigo 44º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e submeter esta proposta à Assembleia Municipal, para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove, após parecer prévio emitido pelo FAM, ao orçamento municipal para 2017, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão, foi apresentada uma Declaração de Voto, documento que constitui parte integrante da presente ata.



VILAREALSTºANTONIO

M

Proposta

Aprovado em reunião
de 31 OUT. 2016

N.º Propostas/2016/337

ASSUNTO:

Orçamento Municipal para 2017

CONSIDERANDO QUE:

Os anos mais recentes foram marcados por uma aguda e global crise económico-financeira que afectou todas as sociedades e todas as suas instâncias.

Os reflexos dessa crise fizeram-se sentir gravemente em Portugal. O fraco crescimento da economia e a falta de liquidez dos agentes económicos repercutiram-se nas dificuldades financeiras que atingiram as empresas e as famílias. O nosso país teve de percorrer um doloroso caminho de ajustamento económico para enfrentar e superar uma crise que se conta entre as mais longas da história económica moderna.

O sector público sofreu o impacto da menor capacidade financeira dos seus contribuintes, manifesto numa quebra brutal das receitas, e simultaneamente teve de implementar políticas que correspondessem à necessidade do aumento dos apoios sociais aos cidadãos mais afectados.

As Autarquias, como as demais entidades públicas que dependem da arrecadação de taxas e impostos, sentiram as notórias quebras nas receitas. Esta situação prolonga-se no tempo. O poder local continua a deparar-se com uma situação de crise financeira grave e generalizada em todos os sectores da economia que tem tido impacto adverso na geração da receita e na composição da despesa. Para uma e para outra é necessário continuar a desenvolver mecanismos adequados para se ultrapassarem os constrangimentos a curto prazo.

Nos últimos dois anos, como fruto do programa implementado e dos sacrifícios de todos os portugueses, foram surgindo indicadores consistentes da recuperação económica a nível nacional.

Havia esperança que os sinais positivos da evolução económica do país se traduzissem numa evolução favorável das receitas a nível municipal. Infelizmente a execução da receita da autarquia não correspondeu ao que era legitimamente esperado e previsto para 2016.

Por consequência, mantém-se o enorme desafio à gestão municipal, obrigando a uma gestão mais contida sobre as despesas correntes do Município e havendo a necessidade de manter regras e medidas de contenção de custos e aumento de receitas por forma a

AL



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

minimizar o impacto da quebra de liquidez imediata sofrida nestes últimos anos.

Neste contexto, o presente Orçamento Municipal continua a ser um orçamento marcado por fortes condicionalismos, reflexo da conjuntura económica que continua a afectar o País, por um lado, e pelas restrições a que o Município está sujeito pela candidatura ao PAEL e FAM, por outro.

É expectável que as dificuldades sociais se mantenham em 2017, o que representará, inevitavelmente, a manutenção das necessidades de apoio aos grupos mais desfavorecidos da população municipal, às quais a Autarquia não pode ficar indiferente.

Impera a regra da prudência que o POCAL exige na aplicação às receitas de variação irregular, como são as importâncias provenientes dos impostos, taxas e tarifas, o critério da média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da elaboração do orçamento. Podemos afirmar que existem alguns sinais que indiciam que a economia está a recuperar, criando assim a expectativa para o incremento de receita nalgumas rubricas.

A Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Na elaboração do orçamento municipal 2017, releva-se, em termos de contexto, a apreciação do Plano de Ajustamento Municipal (PAM) aprovado nas sessões de câmara de 25-05-2015, 01-09-2015 e 29-09-2015, decorrente da adesão ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) nos termos do artigo 24.º da Lei 53/2014, de 25 de agosto, o qual foi aprovado pela Direcção Executiva do FAM (sobre a versão aprovada pela Câmara a 29-09-2015) no dia 1 de Abril de 2016 e com visto do Tribunal de Contas datado de dia 11 de Outubro do presente ano.

O disposto no artigo 17º da Lei nº53/2014, de 25 de agosto, a contribuição total do Município para o capital social do Fundo de Apoio Municipal ascende a € 817 199,48, o montante da realização correspondente ao ano de 2017 ascende a € 116.743,00. Verba essa que é desviada do orçamento Municipal e por conseguinte do Município e munícipes que se vêm privados da mesma, para a constituição do referido fundo.

As medidas específicas e quantificadas com vista à diminuição programada da dívida do Município, incluídas no PAM e que visam:

- a. o reequilíbrio orçamental, nomeadamente, através da redução de despesa e optimização da receita;



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

- b. a reestruturação da dívida financeira (através da redução substancial de spread nos empréstimos do Reequilíbrio financeiro e consequente redução dos encargos financeiros) e da dívida não financeira (com o escalonamento da dívida a fornecedores); e
- c. a assistência financeira sob a forma de empréstimo (para liquidar dívida incluída no PAM) e da prestação de garantias (condição exigida pelas instituições bancárias para a redução do spread nos empréstimos do Reequilíbrio Financeiro).

O orçamento municipal para 2017 contempla 65% das tranches a desembolsar por parte do FAM (Fundo de Apoio Municipal).

A aprovação do PAM e da assistência financeira, sob a forma de empréstimo e prestação de garantias, por parte da Direcção Executiva do FAM, tornou-se essencial para a prossecução dos objectivos definidos no Plano.

O PAM evidencia uma necessidade líquida de financiamento no montante de até € 19.619.907,20 (inclui € 15.833.589,90€ para liquidar dívida transitada e € 3.786.317,30 para processos em contencioso com probabilidade de reconhecimento e pagamento por parte do Município).

O orçamento para o ano de 2017, apresenta o valor total de € 36 195 342,00 (trinta e seis milhões, cento e noventa e cinco mil, trezentos e quarenta e dois euros), decompõe-se da seguinte forma:

- Orçamento de base zero (€23.702.661,00)
- Compromissos assumidos em 2016 e não pagos (€1.881.400,69)
- Orçamento correspondente ao financiamento do Fundo de Apoio Municipal durante o ano de 2017 (€10.611.280,31).

O orçamento da despesa apresenta uma diminuição na despesa face ao ano de 2016. Este decréscimo no valor em orçamento resulta do desembolso da 1ª tranche do Empréstimo no âmbito do FAM, que se irá realizar até final de 2016, e que por consequência reduzirá o montante do empréstimo FAM a orçamentar em 2017.

O calendário orçamental previsto no artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que determina “o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 31 de outubro de cada ano a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte”.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Segundo o art.º 31 da Lei 53/2014 de 25 de agosto, a presente proposta de orçamento está sujeita a parecer prévio do FAM, o qual incide sobre a conformidade da proposta com as medidas e obrigações nele previstas, a análise da sustentabilidade de médio e longo prazo e a identificação de riscos orçamentais.

A presente proposta de orçamento municipal está sujeita a parecer prévio do FAM antes de ser submetido à aprovação da assembleia municipal.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

A atualização de todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório do orçamento municipal para 2017, em 1.2%.

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente proposta do Orçamento Municipal, as Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano económico de 2017 e o Quadro Plurianual Municipal para o horizonte temporal 2017-2020, previsto no artigo 44º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Submeter esta proposta à Assembleia Municipal, para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove, após parecer prévio emitido pelo FAM, ao orçamento municipal para 2017.

Vila Real de Santo António, 26 de Outubro de 2016

P/ O Presidente da Câmara Municipal

Luis Filipe Soromenho Gomes



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

*Apresentada em reunião
ordinária de
31 OUT. 2016*

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Partido Socialista não é alheio ao facto de que nos últimos anos a situação económica e social têm sido um grave problema para a vida das pessoas e das instituições, não só a nível local, mas também a nível regional e nacional. No entanto, nos últimos tempos temos vindo a assistir a alterações positivas na maioria dos municípios, facto que não se verifica no nosso concelho.

A tal facto, deve-se desde logo atribuir responsabilidades a quem governa este concelho desde há 11 anos, não só pelos condicionalismos a que sujeitou o município derivado das regras emanadas pelo PAEL, FAM e PAM (não esquecendo que o município foi "obrigado" a recorrer a estes planos de recuperação financeira devido ao esbanjamento de dinheiros deste executivo PSD), como também pela falta de implementação de medidas estratégicas e inovadores que apelem ao investimento e desenvolvimento económico e social do concelho.

A apresentação do orçamento para o ano de 2017, vem mais uma vez demonstrar que a falta de estratégia persiste, salientando-se ainda que se continua a exigir esforços e mais esforços aos contribuintes, como é bem visível logo no texto de proposta deste orçamento, onde refere a actualização de todas as taxas para 2017 com base numa inflação prevista de 1,2%, é de alertar que a inflação prevista para 2017 é de 0,7% e não 1,2% (dados do Banco de Portugal).

Acresce ainda que a proposta agora apresentada, com apenas 2 dias úteis para ser analisada, não dá cumprimento aos números 1, 2 e 3 do artigo 31 da Lei 53/2014.

Pelo acima exposto a bancada do PS rejeita claramente a proposta de orçamento municipal para 2017, pelo que vota contra.

Vila Real de Santo António, 31 de Outubro 2016



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

01/01/2023

Os Vereadores

Célia Paz

José Barão